



‘Os vultos de Timor’ de Manuel Ferreira: entre glorificar e afirmar a identidade lusitana no Timor Português

Vicente Paulino

Universidade de Lisboa

vlino78@yahoo.com

This paper is in draft form. You are welcome to cite it, but **please reference it appropriately** – for instance in the following form:

Vicente Paulino, “‘Os vultos de Timor’ de Manuel Ferreira: entre glorificar e afirmar a identidade lusitana no Timor Português”, online version of 15th October 2012, available at <http://www.historyanthropologytimor.org/> (downloaded on [date of access])

1. Invenção do herói português em Timor e exclusão do herói timorense

A história de portugalidade e da identidade cristã em terra de Timor foi – quase por completo – abordado por Manuel Ferreira, nos seus preciosos artigos, intitulados: *Uma Página de história* (*Seara*, 1954, ano 6, nº1); a *Memórias de Belchior* (edição da Seara de Julho/Agosto e Novembro/Dezembro de 1954) e quatro volumes dos *Vultos de Timor* (edição da *Seara* de 1954 e 1955). No primeiro artigo, como sublinhou o autor, os obstáculos que os portugueses previam tanto de um excesso de proximidade como de um excesso de distância, bem como das dificuldades em instaurar uma relação de proximidade rompida pela guerra e restaurada com o objectivo de desenvolver o plano político e económico para melhorar a condição dos habitantes da terra. No segundo, o autor descreveu a história de Timor em quartas partes, isto é, o artigo de *vultos de Timor* é dividido em quatro volumes e cada volume apresenta uma história diferente, mas o conteúdo refere-se à heróica resistência dos homens portugueses que esmagaram a resistência dos reinos timorenses, sendo estes considerados os causadores de distúrbios da soberania portuguesa.

Ora bem, na primeira parte dos *Vultos de Timor*, Manuel Ferreira enquanto autor da obra, relatou a história de um português dos melhores que defendeu a soberania portuguesa nas terras de Timor; na segunda, o autor narrou pormenorizadamente a história de um herói de Manufahi, de que falou Alberto Osório Castro em *A ilha verde e Vermelha de Timor*: “... o meu amigo Sr. tenente Francisco Pedro Curado, tão valente oficial como culto espírito, com a estofa de um grande administrador colonial” (*Seara* 1954, ano 6, nº 6:271) que defendeu muito a soberania lusitana e cristã na terra do heróico timorense, Dom Boaventura, que se revoltou contra a presença portuguesa.

De qualquer forma, Manuel Ferreira evocou as palavras do Dr. Dagoberto Guedes¹ para dar sentido ao seu texto, ao mesmo tempo, legitimando o espírito de Francisco Curado, uma grande figura colonial que recebeu o título de “herói de Manufahi”, porque, “levando os régulos a ir apresentar-se-lhe e a reconhecer a bandeira nacional que não se produzem outros graves acontecimentos em Timor, nesse ano de 1912”, sublinhou ainda Dagoberto Guedes que “o Curado nunca exerceu violência, nem explorou os nativos. A vida dos revoltosos presos ou que se lhe apresentavam, fora por ele sempre respeitada. Valente nos combates frente a frente ao inimigo, batendo-se

¹ Dr. Dagoberto Guedes, “Francisco Curado, uma grande figura de colonial”, in *Cadernos Coloniais*, Lisboa: Edições Cosmos

lealmente, era generoso e humano para os vencidos” (Seara 1954, ano 6, nº 6:272), e no último parágrafo de seu artigo, Manuel Ferreira, legitimou o espírito lusitano de Francisco Curado que nunca foi falado nem homenageado pelos portugueses, “mas a história, no seu juízo definitivo, sempre falará do herói de Manufahi” (Seara 1954, ano 6, nº 6:273), que aos olhos timorenses, este homem não era herói de Timor, mas sim, um herói de Portugal, porque esmagou o fundador da ideia nacionalista timorense, D. Boaventura Soto-maior.

A este herói timorense, Abílio Araújo (1977:147) argumenta que “O rei de Manufahi, Dom Duarte, enviou o seu filho Dom Boaventura a Cailaco, Atsabe, Balibo e outros reinos a fim de obter apoios para uma revolta em larga escala”, e acrescenta ainda o autor que “Dom Boaventura representou o símbolo de um esforço patriótico na conjugação dos reinos de Timor para uma acção unitária” (Araújo 1977:158). Porém, na perspectiva colonial e imperial, a guerra de Manufahi foi classificada como um acto de ressentimento por causa da mudança do regime em Portugal em 1910, logo, minimiza a história da guerra de Manufahi, desvalorizando a valentia heróica de D. Boaventura e seus respectivos aliados, substituindo-os por heróis portugueses como herói de Manufahi, no caso de Francisco Curado, referido por Dagoberto Guedes e Manuel Ferreira na sua sugestiva obra.

Na terceira parte dos *Vultos de Timor*, Manuel Ferreira, fez uma breve abordagem histórica sobre a história de um *governador ignorado*, Alfredo de Lacerda de Maia, natural de Alijó, que foi promovido em 1884, o primeiro-tenente, e em 26 de Setembro de 1885 foi nomeado governador do distrito de Timor, por Decreto-lei da tomada de posse de 1 de Abril do mesmo ano. Na sua viagem a Timor, Lacerda Maia, escreveu muitas cartas que mais tarde foram publicadas em volumes com o sugestivo título: *Quatro mil léguas por mar*.

Manuel Ferreira identificou Lacerda Maia como o *governador ignorado*, que do nosso ponto de vista, por um lado, porque a sua história não foi estudada de forma efectiva pelos historiadores e pelos interessados sobre a história colonial; por outro, foi um governador que em 9 de Dezembro de 1885, estabeleceu uma comissão destinada a proceder ao estudo e execução de qualquer trabalho de fortificação ligeira, necessariamente, para a defesa da praça e, na mesma data, criou também outra comissão destinada a proceder ao exame das alterações por que tinham passado a taxaçaõ e a cobrança das fintas aos reinos com “o aumento de impostos de capitaçaõ de uma pataca para duas patacas e de ovos” (Gunn 1999:201). Esta última não foi aceite totalmente

pelos respectivos reinos timorenses, logo, revoltaram-se contra o governador e a presença portuguesa.

Agora perguntamos: com que base os colonizadores consideram os nativos revoltos como causadores de distúrbios da sua soberania, se estes defendem o seu direito e procuram libertar-se do escrutínio do colonialismo? Esta questão continua a ser aberta para futuros debates académicos e, cabe aos académicos timorenses endireitar a sua verdadeira história.

Na sua quarta parte dos *Vultos de Timor*, Manuel Ferreira, narrou a história do doutor António da Costa Carvalho, que “fazia da sua missão grandiosa de médico [em Timor], um verdadeiro apostolado. Sempre que surgia junto do doente, com ele surgia a esperança. Por isso, dele se podia dizer, em boa verdade que contava amizades gerais” (Seara 1955, ano 7, nº3:160), logo, deu-lhe o título de “doutor de vida”. Na última parte dos *Vultos de Timor*: O doutor António da Costa Carvalho, mais uma vez, reforçou os valores de cristandade e identidade lusitana em Timor através de prestação do serviço médico aos nativos timorenses.

Neste contexto histórico, o artigo aborda, em particular quando situado nos campos da cultura, da identidade e da representação, seguindo a tipologia do discursos colonial e missionário. O que é bastante curioso é que Manuel Ferreira iniciou o seu texto com “a célebre carta de El-Rei D. Sebastião a D. Luís de Ataíde, que andava a fazer prodígios nas distantes partes da Índia: *fazei cristandade, fazei justiça*, carta essa que, segundo rezam velhas crónicas, foi escrita de joelhos” (Seara 1955, ano 7, nº3:159), pois foi desde os primórdios que os portugueses fizeram andanças no mundo com a gloriosa obra de cristandade.

Quer isto dizer que a “cristandade, primeiro que tudo, tem sido sempre o lema do povo que conta entre os seus títulos de honra a fundação do primeiro hospital de sangue em campanha e a instituição das misericórdias, cuja bandeira de perdão cobria todos os infelizes, até aqueles que a justiça dos homens condenava”; por isso, verdade ou não “em Timor, também muito se tem feito em cristandade” (Seara 1955, ano 7, nº 3:159). Assim, a prestação médica aos necessitados também fazia parte do projecto da cristandade, como o caso do doutor António da Costa Carvalho que sacrificou a própria vida para salvar as vidas dos indígenas timorenses e morreu no seu posto de trabalho, porque foi vítima também da cólera e epidemia que assolou a terra de Timor Português de então. Por esta razão, Manuel Ferreira, em nome do glorioso Portugal-Império afirmou que “é dever de todos nós – trabalharmos e lutarmos para que esta terra [Timor]

seja cada vez mais portuguesa”. Por isso devemos honrar a memória desse médico, considerando-o como “um herói que deixou um nome respeitado” (*Seara* 1955, ano 7, nº 3:164), tanto pelos indígenas timorenses como pelos portugueses.

A questão de portugalidade, ou dita lusitana e cristã, não ficou apenas abordada aqui na imprensa católica *Seara* por Manuel Ferreira, Ezequiel Enes Pascoal, Jorge Barros Duarte, mas falada também pelos outros correspondentes ou assinantes fiéis desse mesmo jornal católico. Como é o caso do Pe. José Quintão dos Reis, em *Crónica de Fahinehan* (*Seara* 1968, ano 3, 125), que escreveu orgulhosamente a história de dois timorenses do reino de Bibiçuçu que aceitaram abraçar a fé cristã e a cultura lusitana, como revela a crónica:

[Em] Bibiçuçu, há surtos de esperança, visto uns quantos “lulic na'in” terem-se disposto a renunciar às suas crenças. Dois deles vieram até fazer gravações de cerimónias gentílicas dos ‘lulic’, particularmente sobre os enterros gentílicos e a edificação duma casa ‘lulic’, cerimónias baseadas numa falsa crença, é verdade, mas interessante de se verem e verem algumas das quais, a meu ver, podem ser cristianizadas e introduzidas nos rituais da Igreja e da Nação pluriracial, que é a Pátria Lusa (*Seara* 1968, ano 3, nº125:5-7)

Nesta aludida aceção, o autor considerou as cerimónias *lulik* timorenses como uma falsa crença e desvalorizou-as. Porém, para a defesa da fé católica, algumas cerimónias *lulik* timorenses foram cristianizadas e introduzidas nos rituais da igreja para a manutenção da identidade cultural e religiosa católica em Timor. Isto é, uma atitude que:

Na verdade, universalizar conceitos, sem atender às características pugentes do local, é criar o caos em derredor; e viver no mundo do povo humilde timorense e organizar lhe os festejos, ainda que de carácter religioso cristão, sem o ‘lore’ e o ‘dahur’ e sem os estrépitos do ‘baba’ e ‘dadir’, que fazem parte dos seus ritos e cerimónias gentílicos, quer na adoração dos ‘lulic’, quer noutras solenidades, é não lhes tocar do ponto nevrálgico, no fulcro das suas máximas aspirações (*Seara* 1968, ano 3, nº 125:5).

Contudo, em *Apelo pastoral aos católicos* (*Seara* 1969, ano 4, nº 147), o bispo de Díli D. José Ribeiro, reforçou ainda a ideia de lusitanidade e cristandade imaginária em Timor, nos seguintes enunciados:

Esta festa [do Corpo de Deus], pois, é para os portugueses, onde quer que eles se encontrem, uma expressão da alma nacional, essencialmente cristã, e um imperativo da História, desde o Minho a Timor. Também, aqui, em Timor, neste mais longínquo rincão português, a procissão do Corpo de Deus – a dar crédito aos relatórios mais antigos – entrou pela mão dos nossos missionários no seio das

crisandades e nos actos de piedade, em estilo português, da vida religiosa do povo (Seara 1969, ano 4, nº 147:1).

Foi uma clara afirmação que identifica a identidade cristã como a mais importante e com ela pode superar as distinções sociais e nacionais. Simultaneamente, uma paráfrase historiográfica do nascimento de um Portugal imaginário, de cunho nacionalista, reconhecendo quase unanimemente uma identidade lusa inerente ao português, identidade essa natural de um povo cristão, de que fala Vitorino Magalhães Godinho (1990:9): “Um povo que há mais de oito séculos existe como estado independente, quase com a naturalidade com que respira, e desde finais do século XIII mantém inalterados os marcos do seu lar. Formou-se sobre a ossatura da rede viária romana, em volta de um porto que lhe deu o nome (...)”, e a historiografia da Consolidação foi constituída por um mito chamado “batalha de Ourique” que deu a vitória ao rei de Portugal, D. Afonso Henriques e, simultaneamente, como sustentáculo ideológico da formação da identidade portuguesa, uma legitimação sustentada por intervenção divina, ou seja, de acordo com Ana Isabel Busescu (1987) Ourique foi libertado pela “mão divina”; logo, a Consolidação constitui, acima de tudo, a refundação da monarquia, o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique, e por isso mesmo insofismável e indestrutível.

Em todo o caso, não basta ter apenas a unidade baseada na intervenção da “mão divina”, porque a unidade que legitima essa representação simbólica do poder não significa uniformidade, mas complementaridade rica e saudável. As pessoas não podem ser feridas nas suas originalidades, no seu próprio ser. Portanto, o que é mais fundamental aqui, é cada pessoa humana ter uma história real de vida, ter um modo próprio de *ser*, de *estar*, de *falar* e de *agir* na construção do bem comum. Daí pode justificar-se a identidade pessoal como *background* da identidade colectiva.

A implementação de um Portugal lusitano imaginário nas suas colónias chegou ao seu termo, mas criou outra dimensão identitária designada por “lusofonia”. Esta nova construção identitária reforça a ideia de partilha dos costumes, das culturas e da religião. Sendo assim, a questão de “lusofonia” ainda está em questão e continua a ser discutida pelos académicos de diversas áreas do saber. Os portugueses que hoje caracterizam a si mesmos como um ser lusitano é mais do que reivindicar uma identidade cultural, de se afirmar dentro duma comunidade comum ou de acreditar num sonho de Liberdade; ser lusitano é ser parte de uma causa plural, lutar pela justiça social na Nação Lusitana,

participar e tomar consciência da dimensão da sua verdadeira identidade nativa, étnica, cultural e social quotidianamente².

2. Timor parcela nacional da metrópole: uma invenção de lusitanidade violenta e despromovida

“Timor Parcela Nacional da metrópole” (*Seara* 1971, ano 6, nº 202), como dizem os documentos dos governadores, militares e missionários. Esta expressão foi lançada pelos agentes referidos para dizer ao mundo que por um lado, Timor pertencia sempre a terra lusitana, e por outro, uma expressão utilizada para reforçar o espírito de portugalidade através da política de desenvolvimento – infra-estruturas, recurso naturais, educação e política de saúde – que é pouco sustentável. É sabido que na educação, a política educacional em Timor Português era precária e, parece que a autoridade não dava muita atenção a este sector. Só no início dos anos 70 do século XX (cinco anos antes da Revolução dos Cravos) é que a autoridade colonial estabeleceu uma política de “emergência” à educação, reforçando-a com discursos esperançosos que “daqui a algumas décadas Timor alcançará os surtos de progresso já observados noutras parcelas de Portugal”, ao mesmo tempo, na área de saúde questionava a dificuldade que os enfermeiros e médicos enfrentavam, “as doenças de planícies”. Assim, as

Timor parcela nacional da metrópole foi desmoralizada pela visão dos nacionalistas timorenses com artigos críticos contra a presença portuguesa. Já no início dos anos 70, publicaram-se alguns artigos, como por exemplo, em *Autoridade e liberdade* (*Seara* 1971, ano 6, nº 196), Ângelo dos Santos argumentava que:

Se olharmos a nossa volta e reflectirmos uns breves momentos verificamos a diversidade dos múltiplos interesses que nos ligam e nos opõem. Cada homem é um mundo onde o bem e o mal se defrontam, em cuja alma do egoísmo cego e as paixões violentas afloram constantemente, e nem todos possuem a força necessária para reflectir os mais instintos e cultivar o brilho da verdade (*Seara* 1971, ano 6, nº 196).

Uma opinião que descreve a situação geral do homem na disputa do interesse pessoal, utilizando o seu espírito de egoísmo e a paixão violenta explora os bens do outro porque este ser não consegue libertar-se a si mesmo nas suas imperfeições naturais, corrupção, inveja e preconceitos. Contudo, embora a autoridade colonial

² <http://aceltrebopala.home.sapo.pt/quemeacel.htm> (consulta a 22/6/2011).

tivesse gerido a política de interesse colectivo, esta foi criticada de uma forma revolucionária por parte dos nacionalistas.

“A autoridade é acima de tudo um serviço” (*Seara* 1971, ano 6, nº 201), do ponto de vista da doutrina cristã, “é na vida consagrada, antes de tudo, uma autoridade espiritual; é chamada a garantir à sua comunidade o tempo e a qualidade de oração; é chamada a promover a dignidade humana; é chamada a infundir coragem e esperança nas dificuldades; é chamada a manter vivo o carisma da própria família religiosa; é chamada a manter vivo o “sentire cum Ecclesia”; é chamada a acompanhar o caminho de formação permanente”³. E, do ponto de vista político, é não tão simples de ser definida, porque a noção de “autoridade” é um poder arbitrário que regula a conduta da ordem pública, que às vezes, é condicionada pela função ética da “liberdade ou igualdade” (*Seara* 1971, ano 6, nº 203) destacada por autor A. M. Z. Posteriormente, a “liberdade ou igualdade” (2002) é título sugestivo do livro de Mário Guerreiro (edição Edípucrs, Porto Alegre) que, logo na introdução, o autor justifica a sua opção doutrinária de radical defensor das garantias individuais sobre os princípios da liberdade humana. E cobra de um cidadão autónomo a responsabilidade civil e política pela sua livre escolha acerca das normas que regulam a conduta social, utilizando a ideia *espírito fenomenológico* de Hegel, a história do processo de determinismo de Karl Marx e o inconsciente de Freud como os mais consagrados subterfúgios para a irresponsabilidade política do homem moderno. Quando determinismos históricos consagrados pela óptica marxista, como a da eclosão das revoluções socialistas nos países de capitalismo mais avançado como a Inglaterra, acabam por ser desmentidos pela livre escolha da acção humana.

Timor não era “exactamente” uma parcela nacional, porque foi colonizada violentamente pelos portugueses de então. Timor não foi verdadeiramente conquistado pelo Sal de Cristo, mas parecia que, pela espada. No entanto, a “violência” da colonização de Timor, a “brutalidade” da I República e o “cinismo” da política de Salazar face à invasão japonesa foram as linhas que, de acordo com António Monteiro Cardoso, se cruzam na vida do tenente português Manuel de Jesus Pires⁴.

³ *O serviço da autoridade e a obediência* - Instrução da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica “O serviço da autoridade e a obediência” (11 de Maio de 2008). O texto está disponível em <http://es.catholic.net/religiosas/316/3087/articulo.php?id=41067> (consulta a 27/6/2011).

⁴ <http://www.gforum.tv/board/1279/203432/historias-de-portugal-no-diario-do-tenente-pires.html>

No entanto, segundo o historiador Monteiro Cardoso: o Diário do Tenente Pires é, do ponto de vista académico, uma obra não fascista, porque não elogia a glória portuguesa, como outros tantos discursos dos governadores de Timor, bem como dos historiadores e missionários que exaltaram o culto da bandeira e outras fantasias, que na realidade histórica era pura invenção, como relatou o historiador francês René Pélissier na sua obra *Timor em Guerra*. Antes de avançar com a nossa abordagem, perguntamo-nos: Será verdade? Quantos timorenses foram salvos pelo Tenente Pires? Quantos Timorenses foram levados para o campo de refugiados da Austrália?

Contudo, António Monteiro Cardoso na sua opinião afirma que “Pélissier tinha razão, pois a verdade é que a colonização portuguesa em Timor era violenta, sangrenta e usou os métodos de guerra, guerra de timorenses contra timorenses, como na Guiné por Teixeira Pinto”. Acrescenta ainda o historiador que os timorenses dos anos 50 do século XX ou aqueles assimilados “Mantêm a ilusão mitológica de que o colonialismo português não fazia mal a ninguém. Todos são maus a colonizar menos os portugueses”. Este tipo de afirmação é uma forma de louvar o glorioso nome de Portugal para desprezar os indonésios.

E mais interessante ainda é a construção do mito da cristianização – publicado nas páginas dos jornais portugueses e nos livros, inclusive na revista católica de Timor *Seara* e no jornal *A voz de Timor* – Por exemplo, na *Seara*, a *Curiosa Lenda* do Pe. Ezequiel Enes Pascoal descreve essa mitologia de cristianização que, do ponto de visto do estudo colonial, é uma tentativa de manipular a realidade do povo sem escrita. Eis o resumo dessa ilusória mitologia de cristandade em Timor:

Em tempos idos – assim diz a lenda – aportaram a Kupang – seria a Lifau? – 12 barcos, precisamente na altura em que os régulos de toda a ilha lá se encontravam, confraternizando em grande festas (...) Da multidão acampada à sombra do arvoredado, surgiu um língua que, em nome dos soberanos senhores da ilha, perguntou aos homens da audaciosa nau que pretendiam. Que motivo os trouxera à sua terra. De bordo responderam-lhe que traziam uma doutrina nova e pediam licença para desembarcar. (...) O altivo potentado olhou, demoradamente, para a nau e, depois, disse umas palavras ao língua que as transmitiu aos recém-vindos. Em resumo significativa uma recusa formal ao seu pedido de desembarque. Se o tentassem realizar pela violência, nem uma gota de sangue seu ficaria na areia a atestar, aquém quer que fosse, a sua chegada. Os seus homens lambê-lo-iam por completo. Dispensavam a sua doutrina. Que a fossem pregar a outras terras (...). [Mas pela tolerância que o régulo tem], foi-lhe concedida permissão, contanto que só poucos homens descessem à praia. Dentro pouco tempo, (...) O personagem de hábito negro – um missionário – era do número dos que desembarcaram. Vendo-o de pé, em sua presença, o régulo sentiu que uma força misteriosa e irresistível o obrigava a curvar os joelhos diante daquele estrangeiro. Este, porém, não lho consentiu, dizendo-lhe: ‘Tu não me pertences. tens outra lei’. Confuso, o régulo

limitou-se a perguntar-lhe: ‘Sois vós o chefe – Na’i (religioso), lúlic (sagrado) destes senhores? A resposta foi afirmativa e, desde esse dia, a palavra Na’i Lúlic ficou consagrada, entre estes povos, para designar todos os homens cujo hábito e funções se assemelhassem à desse estranho personagem que dispunha, a seu favor, de força sobrenaturais. Não havia fonte alguma à beira mar. Só podiam obter água potável dum poço a bem pouca distância dali. Feita a aguada, conseguiram, sem que os de terra disso apercebessem, lançar no poço a âncora da nau em que ia o missionário. As outras aproaram ao mar alto, rumando para Oeste, donde tinham surgido lentamente, na véspera. A décima segunda nau continuava junto à terra porque, embora o vento leste lhe enfunasse as velas em cujo alvura se destacava, bem nitidamente a Cruz de Cristo, dum rubro desbotado, não conseguia partir porque a rija amarra mantinha-se presa à âncora submersa, intencionalmente, no fundo lodoso do poço. Houve alarme geral. Os régulos voltaram à praia seguidos das suas hostes guerreiras de todo o povo. Tentaram cortar a amarra. As mais afiadas catanas dos jovens mais possantes vibraram-lhes, de balde, repetidos golpes. (...) Todos os esforços para arrancar a âncora do poço. Os naturais perguntaram, então, aos estrangeiros, o que os induziam a procederem assim. Que sortilégio tinham feito para que o seu barco se conservasse misteriosamente preso à terra. Do bordo responderam-lhe: *‘já que não quereis receber-nos para vós ensinarmos a nova doutrina, vamos levar a vossa terra para o Ocidente, para vos instruir lá na nossa lei’*. De terra gritaram: *Tentai, se podeis*. Foi dada voz de partida e, após rápida manobra, enquanto rangia o cordeame das velas e possantes remadores fendiam com os remos as águas tranquilas da baía, a nau partiu e, com ela, a ilha como se estivesse sendo rebocada por uma força sobre-humana. Um enorme clamor de aflição e de surpresa retumbou na praia. As mulheres irromperam um choro aflitivo estreitando, convulsas, os filhinhos ao peito. Centenas de homens gesticularam raivosos. Ouviu-se o tumulto estrondoso de milhares de imprecações. os guerreiros apontavam já os arcos para a nau, quando um gesto brusco e violento do régulo supremo impôs silêncio e calma. (...) Em nome dos senhores da terra, vencidos por tal prodígio, um língua adiantou-se e disse que o personagem de hábito negro descesse com quantos precisasse para cooperarem na sua missão. (...) Depois de curto espaço, passava entre a multidão, que o recebeu com provas efusivas de temor reverencial, o primeiro missionário de Timor que a tradição diz ter vindo de Malaca e que era um bispo. A nau cortou a amarra e partiu. A âncora ficou presa nas estranhas desta terra e presa continua que a enterraram. Jamais houve que a pudesse arrancar (*Seara* 1950, ano 2, nº 3e4:40-42).

Na sequência desta narrativa, fazemos uma distinção entre o visitante – que apresentou a si mesmo como *superior*, ou numa linguagem racial como “um ser arrogante” – e o visitado (recebedor) que apresentou a sua imagem de simplicidade e de respeito. No caso do visitante, mostrava uma atitude desprezível: “*Tu não me pertences. Tens outra lei*”, será que ele fez isto propositadamente porque “*o régulo sentia que uma força misteriosa e irresistível o obrigava a curvar os joelhos diante daquele estrangeiro (homem de hábito preto)?*”. Na verdade, é preciso saber que os sujeitos não ocidentais na era da colonização foram alvo de avaliação e de observação desfavoráveis dos ocidentais. No entanto, o discurso missionário colonialista é uma forma de criar a

realidade e de responder a ela, infinitamente adaptável em sua função de preservar as estruturas básicas do poder (Spurr 1993).

Portanto, Ezequiel Enes Pascoal, nesta sua preciosa narrativa *Curiosa Lenda*, construiu a imagem da sua civilização como se fosse superior. Isto é, do ponto de vista teórico, segundo Salvato Trigo: “a literatura colonial pretende ser, fundamentalmente, um hino de louvor à civilização colonizadora, à metrópole e à nação do colono, cujos actos de heroicidade e de aventureirismo, de humanidade e de estoicismo são, quase sempre, enquadrados por uma visão maniqueísta da vida e do mundo envolvente” (Trigo 1988:145), ou seja, na literatura colonial “efectivamente silencia o Outro, reconstitui a diferença como identidade, regula e representa espaços dominados por forças de ocupação, e não por habitantes inactivos.” (Said 1994:166).

Importa sublinhar ainda que a história da conversão dos reis timorenses e seus respectivos povos ao cristianismo também foi contada de uma forma parcial, pois foram caracterizados como povos incivilizados que encontraram a luz de Cristo. Podem ler-se tais relatos parciais nos relatos missionários nos jornais de expressão portuguesa impressos em Lisboa ou noutros sítios de Portugal. Manuel Ferreira, por exemplo, nos *Vultos de Timor: o doutor António da Costa Carvalho* (Seara 1955, ano 7, nº3:159) seguia exactamente a mesma ideia de parcialidade, como revela nesta sua comunicação:

O primeiro homem que segundo a tradição, desceu nestas terras de encanto não trazia espada. Arnez não consta que usasse. De escudo não necessitava que se expunha ao perigo e procurava o sofrimento, e a morte como divinas mercês. A sua espada era a cruz, o arnez o humilde e descorado hábito dominicano, o escudo o mais que modesto breviário. Com esse singulares ptereços Frei António Taveira veio a Timor converter *liurais* poderosos que certamente se assombraram com audácia do frade. *Fomos conquistados pela água e pelo sal* – dizem ainda hoje os timorenses – as guerras, essas vieram depois.

É curioso que, ainda de acordo com Manuel Ferreira, “mesmo em Timor, sacerdotes houve que não desdenharam ser soldados, sempre que tal se afigurava necessário, como, por exemplo, o Padre Manuel Alves Ferreira, que morreu, batendo-se como um bravo à frente dos arraiais destemidos de Maubara, na gloriosa campanha de Manufahi, merecendo um expressivo elogio de Filomeno da Câmara” (Seara 1955, ano 7, nº 3:159). Esse Padre Manuel que Manuel Ferreira elogiava tanto, em nossa opinião, morreu não por causa do reino de Maubara, que se revoltou contra os portugueses, mas morreu sim, pelo seu apoio dado aos seus irmãos portugueses. A expressão “gloriosa” aclamada pelos agentes coloniais de Timor Português de então, era uma manifestação

de vitória alcançada através da sua campanha violenta contra o próprio nativo timorense, como os espanhóis fizeram aos índios da América do Sul, bem como os britânicos fizeram aos aborígenes da Austrália.

Tudo isto é, mais uma vez, a pura invenção dos missionários para dizer ao mundo que “nós e portugueses somos bons colonizadores”, mas o facto histórico apresentava-nos outros dados cruéis, como o caso da guerra contra a revolta de Cailaco, onde os portugueses usaram os timorenses de outros reinos para matarem os seus próprios irmãos naturais da mesma ilha. Não aconteceu apenas na guerra de Cailaco, mas também outros reinos que se revoltaram contra a presença portuguesa foram esmagados de forma cruel, como descreve o historiador francês René Pélisier em sua preciosa obra histórica: *Timor em Guerra*.

Sínteses gerais

Timor, parcela nacional da metrópole, era uma ilusória mitologia construída pelos senhores governadores, militares, missionários e timorenses assimilados. Timor não era parcela nacional da metrópole, mas sim, um território de disputa pelo poder entre os agentes coloniais, tais como os senhores governadores, administradores, militares, missionários. António Monteiro Cardoso argumenta que “As pessoas que estão sob uma situação de dominação não se podem exprimir livremente. Dão ideia de pacificação ou adesão, mas, criando-se certas oportunidades, passa-se rapidamente à situação de revolta de populações que pareciam amigas”, mais adianta que “é a história de todos os colonialismos”.

A inculturação dos cultos *lulik* timorenses ao culto cristão é um ambiente cultural novo e estimulante, pois há interesse de alguns timorenses pelo cristianismo. Esta inculturação é marcada por uma postura de reinserção por parte dos missionários, pois estes foram seduzidos pelo modo como os timorenses adoravam os *lulik*. Contudo, junto com os cultos *lulik* que encantavam, os missionários europeus iam também deixando infiltrar-se no seu espírito os ensinamentos tradicionais timorenses que eles próprios desprezavam. Logo, eles estavam a ser defendidos por alguns timorenses, ressoando daí a “identidade lusitana e cristã” em terras de Timor.

Referências bibliográficas

- ANÓNIMO (1971), “Timor Parcela Nacional da metrópole”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 6, nº 202.
- A. M. Z (1971), “Liberdade ou igualdade”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 6-nº203.
- ARAÚJO, Abílio (1977), *Timor Leste: Os Loricos Voltaram a Cantar*, Lisboa: Trama.
- BUSESCU, Ana Isabel (1987), *Um mito das origens da nacionalidade; o milagre de Ourique*, In: *Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- FERREIRA, Manuel (1953), “Díli: Apontamentos etnográficos”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 5-nº4
- FERREIRA, Manuel (1954), “Uma Página de história”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 6, nº 1.
- FERREIRA, Manuel (1954), “Memórias de Belchior”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, edição de Julho/Agosto e Novembro/Dezembro.
- FERREIRA, Manuel (1955), “Vultos de Timor: o doutor António da Costa Carvalho”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 7, nº3.
- GUERREIRO, Mário (2002), *Liberdade ou igualdade*, Porto Alegre: Edição Edípucrs.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1990), *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, Séculos XIII-XVIII*, Lisboa: Editora Difusão Editorial
- GUNN, Geoffrey (1999), *Timor Loro Sae 500 Anos*. Macau, Livros do Oriente
- PASCOAL, Ezequiel Enes (1949), “Por Terras de Mena”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 1, nº7.
- PASCOAL, Ezequiel Enes (1949), “O culto dos lúlic”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 1, nº7.
- PASCOAL, Ezequiel Enes (1949), “Inundações Misteriosas”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 1, nº 5.,
- PASCOAL, Ezequiel Enes (1949), “Seara”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 1, nº 1
- PASCOAL, Ezequiel Enes, (1954), “Matebian”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 6-nº4:212)
- PASCOAL, Ezequiel Enes (1950), “Curiosa lenda”, in: *Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano 2, nº 3e4.

REIS, Pe. José Quintão dos (1961), “Recortes da vida missionária”, in: Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli, ano 8, nº 3 e4.

RIBEIRO, José (1966), “História verdadeira de Timor: conversão do rei”, in: Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli, ano 1, nº 34.

RIBEIRO, José (1968), “Crónica de Fahinean”, in: Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli, ano 3, nº 125

RIBEIRO, D. José Ribeiro (1969), “Apelo pastoral aos católicos”, in: Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli, ano 4, nº 147,

SANTOS, Ângelo (1971), “Autoridade e liberdade”, in: Seara – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli, ano 6, nº 196.

SEARA – Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli de 1949 até 1973.

